
SIMULADO AMOSTRA

POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS

Soldado



SIMULADO PADRÃO CEBRASPE

120 QUESTÕES (C/E)

TEMPO: 4H30



SimuladosBR

Simulando Seu Sucesso

-- CONHECIMENTOS GERAIS --**Língua Portuguesa****Texto CG2A1**

A alusão ao princípio republicano tornou-se extremamente frequente no Brasil, não só em textos acadêmicos e decisões judiciais, como também nos debates travados na sociedade por pessoas alheias ao mundo do direito. O tema tem vindo à baila, por exemplo, em discussões sobre a corrupção e seu combate; sobre privilégios concedidos a autoridades públicas e poderosos de todo tipo; sobre a persistência no país de cultura patrimonialista e desigualitária, que não separa o público do privado e não trata a todos com o mesmo respeito e consideração. Existe na sociedade a difusa percepção, infelizmente correta, de que, embora nossa forma de governo seja a república e não a monarquia, falta República — com “r” maiúsculo — às nossas relações políticas e sociais.

A Constituição Federal de 1988 consagrou o princípio republicano em seu art. 1.º e acolheu diversos elementos e institutos que guardam estreita relação com o ideário republicano: o direito à igualdade; a legitimidade de todo cidadão para propor ação popular visando à garantia da coisa pública; os princípios da moralidade, publicidade e impessoalidade administrativa; as exigências constitucionais de concurso público e licitação; entre tantos outros.

O próprio nome atribuído ao país — República Federativa do Brasil — sinaliza a centralidade do princípio republicano entre nós. Essa centralidade foi reforçada pelo povo brasileiro no plebiscito ocorrido em 1993, quando, por expressiva maioria, optamos pela manutenção da forma republicana de governo, em detrimento da monarquia. Porém, entre a proclamação do princípio e a realidade há um abismo que ainda não fomos capazes de transpor nestes trinta anos de vigência da Carta de 1988.

O republicanismo projeta um ideal ambicioso para a política. Deseja-se que a política — compreendida em sentido amplo — tenha importância para as pessoas, que não devem limitar suas atividades e atenção a seus interesses e negócios privados. Ademais, espera-se que a política não se resume à disputa entre forças movidas por interesses egoísticos, mas se volte à busca coletiva do bem comum.

Nessa chave, a esfera pública é idealmente concebida não como algo similar ao mercado — em que os agentes visam apenas a defender os próprios interesses —, mas como um fórum, em que existe disputa, mas também troca de razões e argumentos,

objetivando-se a identificação e a persecução do interesse público. Não se afirma que essa seja a realidade da política nas sociedades contemporâneas. Trata-se, isso sim, do ideal normativo a ser perseguido para a construção do Estado republicano.

Daniel Sarmiento (com adaptações)

Julgue os itens subsequentes, referente a aspectos linguísticos, discursivos e também das relações de coesão e coerência estabelecidas no texto CG2A1.

01. No segundo parágrafo, todo o trecho subsequente aos dois-pontos constitui uma enumeração na qual se discriminam os “diversos elementos e institutos que guardam estreita relação com o ideário republicano”.

02. O texto classifica-se como predominantemente argumentativo, o que se evidencia pela organização do discurso e pelo posicionamento do autor em relação ao assunto abordado.

03. No primeiro período do texto, a expressão “como também” tem sentido aditivo, pois introduz uma informação adicional acerca dos âmbitos sociais em que se verifica a alusão ao republicanismo.

04. A expressão “Nessa chave” (primeiro período do último parágrafo) poderia ser substituída por **Sob esse ângulo**, sem prejuízo da coerência textual.

05. Por meio do emprego da expressão “isso sim” (último período do texto), o autor retoma e, ao mesmo tempo, confirma a ideia apresentada anteriormente.

06. O referente das formas pronominais “suas” e “seus”, no segundo período do quarto parágrafo, é “pessoas”.

07. O termo “Ademais” (último período do quarto parágrafo) introduz uma oração que expressa consequência em relação à afirmação feita no período imediatamente anterior.

08. O trecho “que ainda” (último período do terceiro parágrafo) poderia ser substituído por **do qual ainda**, sem prejuízo da correção gramatical e do sentido do texto.

09. Conclui-se das relações de sentido estabelecidas no quarto parágrafo que o vocábulo “política” (último período) retoma, por coesão referencial, “republicanismo” (primeiro período).

10. Considerado o republicanismo previsto na Constituição Federal de 1988, conforme apresentado no texto, infere-se que a política deve espelhar o paradigma do mercado.

Texto PMSD2

Imaginar é um dom comum a todos os seres humanos — e também uma daquelas características que nos diferenciam dos outros animais, incapazes de atingir esse nível de abstração. Apesar disso, a criatividade parece a muitos de nós algo inacessível, difícil de cultivar, restrita apenas àqueles que já nasceram com aptidões artísticas ou inventivas.

Isso não é verdade. Nas últimas décadas, a psicologia e a neurociência começaram a desvendar o processo de surgimento de ideias originais no nosso cérebro — e descobriram estratégias que qualquer um pode adotar para aperfeiçoar a própria capacidade criativa, mesmo que você se considere desprovido desse traquejo.

O que se pode chamar de estudo científico da criatividade começou só na década de 1950, quando o psicólogo americano J. P. Guilford publicou as bases desse campo de pesquisa. Ele se interessou em responder uma pergunta essencial: de onde vêm as ideias criativas?

Para isso, Guilford propôs que o raciocínio humano se divide em dois tipos: o convergente e o divergente. Ambos podem ser usados para resolver problemas ou chegar a conclusões após uma análise, mas funcionam de maneira bem diferentes.

O pensamento convergente é aquele que busca uma única solução para um impasse específico. Ele segue uma ordem estruturada, avançando e refinando uma mesma ideia em vez de experimentar várias resoluções diferentes. Pense, por exemplo, numa questão de uma prova de matemática. Pode até haver várias maneiras de se chegar ao resultado, mas o mais fácil (e comum) é escolher um único método e seguir com ele até o final.

Já o pensamento divergente é mais fluido e caótico: ele explora diversas ideias diferentes ao mesmo tempo, muitas vezes misturando as soluções e conectando-as de maneiras pouco óbvias. É o raciocínio típico dos brainstormings, por exemplo. Segundo Guilford, a criatividade é um produto direto da nossa capacidade de pensar de forma divergente. Ao fazer conexões entre coisas aparentemente desconexas, criamos ideias inéditas. Até hoje, essa explicação é a mais aceita pelos cientistas.

Bruno Carbinatto (com adaptações)

Em relação às ideias veiculadas no texto PMSD2, bem como a seus aspectos linguísticos, julgue os seguintes itens.

11. De acordo com o texto, muitas pessoas descreem da própria capacidade criativa.

12. É opcional o emprego do acento indicativo de crase no vocábulo “àqueles” (último período do primeiro parágrafo).

13. No quinto parágrafo, os termos “aquele” (primeiro período) e “Ele” (segundo período) têm o mesmo referente.

14. Entende-se da leitura do texto que a criatividade é fruto da combinação entre os pensamentos convergente e divergente.

15. O autor do texto argumenta contra a proposta de J. P. Guilford sobre o raciocínio humano.

Matemática

A respeito de regra de três, julgue o item subsequente.

16. Considere que 3 auditores, trabalhando 8 horas por dia, todos com o mesmo ritmo de trabalho, sejam capazes de fiscalizar 180 notas fiscais em 5 dias. Nessas mesmas condições, uma equipe de 5 auditores terá fiscalizado, em 4 dias, 200 notas fiscais.

Julgue os itens a seguir, relativos a porcentagem.

17. Em um evento promovido por uma corretora de investimentos, o número de pessoas presentes que ainda não são investidoras é igual a 75% do número de pessoas presentes que já são investidoras. Nessa situação, conclui-se que mais de 60% das pessoas presentes ao evento são investidoras.

18. Considere-se que um produto cujo preço era de R\$ 3.000,00 teve seu preço reajustado em dois semestres consecutivos, pela mesma taxa de reajuste, passando a custar R\$ 4.320,00 após o segundo reajuste. Nesse caso, conclui-se que a taxa de reajuste utilizada para corrigir o preço desse produto foi de 20%.

19. O preço de venda de qualquer produto de uma loja é igual ao custo do produto acrescido da margem de lucro fixa praticada pela loja. Sabe-se, ainda, que se a loja vender um produto com 50% de desconto no seu preço de venda, então o lucro dessa venda será igual a 20% do lucro inicial. Nessa situação, conclui-se que se

essa loja adquire um produto por R\$ 300,00 o preço de venda desse produto será igual a R\$ 800,00.

Acerca de proporcionalidade, julgue os itens a seguir.

20. Dividir a quantia de R\$ 3.520 em partes inversamente proporcionais a 1, 2 e 3 resulta, respectivamente, nas partes R\$ 1.920, R\$ 960 e R\$ 640.

21. Caso toda a produção de uma fábrica seja destinada aos públicos infantil, jovem e adulto, de modo que as porcentagens da produção destinadas a cada um desses públicos sejam inversamente proporcionais, respectivamente, aos números 2, 3 e 6, então mais de 30% da produção dessa fábrica destinar-se-á ao público jovem.

Acerca de juros simples e compostos, julgue os itens abaixo.

22. Um investimento de R\$ 5000 a uma taxa de juros simples de 8% ao ano resultará em um montante de R\$ 5400 após 3 anos.

23. Considere que um capital tenha sido aplicado à taxa de 5% ao mês, durante 2 meses, no regime de juros compostos. Então, para produzir o mesmo montante no mesmo prazo e no regime de juros simples, esse capital deveria ser aplicado a uma taxa mensal superior a 5%.

24. Se um empréstimo de R\$ 3000 foi feito a uma taxa de juros simples de 5% ao mês, após 1 ano, o montante total será de R\$ 3600.

25. Se um empréstimo de R\$ 2000 foi feito a uma taxa de juros simples de 10% ao mês, após 6 meses, o montante total será de R\$ 3200.

Julgue os itens seguintes, relacionados aos números reais.

26. A dízima periódica 2,555... é inferior a 70/30.

27. O valor da divisão de 2/5 por 1,6 é maior que 0,3.

Uma equipe com 8 funcionários ficou responsável por catalogar e armazenar os processos de uma prefeitura. Essa equipe tem a capacidade catalogar 27 processos em quatro dias úteis, trabalhando seis horas por dia. Todos os funcionários têm a mesma capacidade de trabalho. Com base nessas informações, julgue os itens seguintes.

28. Aumentando-se a equipe para 12 funcionários, seria possível catalogar os 27 processos em menos de dois dias úteis, trabalhando seis horas por dia.

29. Se a equipe tivesse 10 funcionários, seria possível catalogar mais de 32 processos, trabalhando seis horas por dia, durante quatro dias úteis.

30. Se trabalhasse 8 horas por dia, a equipe seria capaz de catalogar mais de 35 processos em quatro dias úteis.

Noções de Informática

Julgue os itens a seguir, referentes a sistema operacional, edição de planilhas, organização e segurança da informação, cloud computing e backup.

31. No menu de segurança do Windows 10, é possível visualizar a que rede o computador está conectado por meio da opção Firewall e proteção de rede.

32. Como opção de entrada aos dispositivos do usuário, o Windows Hello permite conexão por meio de reconhecimento facial ou impressão digital.

33. No Excel, ao aplicar o recurso de proteção a uma planilha, não é possível permitir que determinados usuários insiram dados em células específicas sem compartilhar a senha de proteção.

34. O MS Excel permite a identificação de células precedentes e dependentes a partir de determinada célula, desde que ela possua uma fórmula associada.

35. Spyware é um programa que se replica ao infectar arquivos ou documentos que contenham código executável.

36. Um backup do tipo total copia todos os arquivos para restaurá-los em caso de perda dos dados originais.

37. É seguro conectar qualquer pendrive ao computador, desde que ele seja aberto inicialmente no modo somente leitura, pois vírus não conseguem se propagar sem permissão explícita do usuário.

38. O serviço de armazenamento em nuvem permite salvar arquivos, bancos de dados e outras informações em servidores remotos tal que a acessibilidade e a escalabilidade são vantagens frente aos dispositivos de armazenamento local.

Com relação a programas de navegação e correio eletrônico, julgue os itens.

39. Por meio de programas de correio eletrônico denominados webmails, os usuários podem acessar suas contas a partir de computadores com acesso à Internet.

40. Com o Google Chrome, é possível instalar extensões como tradutores ou bloqueadores de anúncios e sincronizar os favoritos do usuário em qualquer dispositivo com uma conta Google.

Conhecimentos do Estado de Alagoas

A respeito das formações vegetais do estado de Alagoas e sobre sua história, julgue os itens que se seguem.

41. O sertão de Alagoas possui áreas com altitude superior a 1.000 metros que, por receberem ventos provenientes da bacia do São Francisco, são mais úmidas e apresentam uma vegetação de maior porte, com forte presença de palmeiras, que as demais regiões do sertão.

42. Devido à pequena densidade demográfica e às fugas de potenciais combatentes, Alagoas teve grande dificuldade para recrutar soldados para lutarem na guerra do Paraguai: ao longo de todo o conflito, o contingente alagoano na guerra não chegou a mil soldados.

43. A partir de 1850, a exportação de escravos de Alagoas para outras províncias se tornou importante atividade comercial e propiciou a presença significativa de mão de obra livre nos engenhos e nas fazendas alagoanas já na década de 1860.

44. Entre 1832 e 1835, a região que abrigava Palmares foi palco da Cabanada, movimento rural que contou com a participação de diferentes segmentos sociais, com predominância de populares e que teve como principal líder o mulato Vicente Ferreira de Paula.

45. Alagoas aderiu ao movimento constitucionalista português em 1821, quando o então governador Sebastião Francisco de Melo e Póvoas, com amplo apoio das elites de Maceió e Alagoas, proclamou fidelidade ao rei, às Cortes e à Constituição.

46. Em 11 de junho de 1891, a primeira Constituição do Estado de Alagoas foi assinada. Neste contexto, o regime político do Brasil era Monárquico.

47. Em 1630, holandeses invadiram Pernambuco, chegando a ocupar Alagoas até 1645, quando os portugueses reconquistaram o controle da região.

48. Tradicionalmente um dos produtos agrícolas mais produzidos pelo estado de Alagoas é o pequi.

49. A região onde hoje se encontra o estado de Alagoas já foi invadida no século XVI por franceses.

50. Um dos pontos turísticos localizados no estado de Alagoas é a Praia de Barra Grande.

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Legislação Pertinente ao Policial Militar de Alagoas

Em relação ao que dispõe a Lei estadual n.º 5.346/1992 (Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Alagoas), julgue os itens a seguir.

51. Considera-se de natureza civil o exercício, por policial militar, de cargo ou função não especificado na legislação da corporação.

52. Os conceitos de posto, graduação e precedência são aplicados indiscriminadamente aos oficiais e às praças.

53. Licença para tratar de interesse particular poderá ser concedida, pelo prazo máximo de um ano, ao policial militar com três anos de efetivo serviço.

No que se refere ao Decreto n.º 37.042/1996, o qual aprova o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado de Alagoas, julgue os itens que se seguem.

54. A hierarquia e a disciplina constituem a base institucional da Polícia Militar, devendo ser observadas pelos policiais na ativa e na inatividade.

55. O policial militar deve obediência aos seus superiores hierárquicos, salvo em caso de ato de serviço.

56. Mesmo que emanadas de autoridade incompetente, as ordens devem ser prontamente obedecidas pelos subordinados.

A respeito dos crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor previstos na Lei nº 7.716/1989, sobre crimes hediondos, da lei de drogas e do Código de Trânsito Brasileiro, julgue os seguintes itens.

57. Nos crimes de racismo, é obrigatório que a vítima esteja acompanhada de advogado ou defensor público em todos os atos processuais.

58. Equipara-se a crime hediondo o tráfico ilícito de drogas na forma privilegiada.

59. O SISNAD visa, principalmente, contribuir para a inclusão social da família, de modo a torná-la menos vulnerável a assumir comportamentos de risco que contribuam para o uso indevido de drogas.

60. As normas estabelecidas no Código de Trânsito Brasileiro aplicam-se às vias terrestres públicas, urbanas e rurais, entretanto não alcançam as vias internas pertencentes aos condomínios constituídos por unidades autônomas.

Noções de Direito Administrativo

Acerca dos princípios fundamentais que regem a administração, dos poderes da administração e dos atos administrativos, julgue os itens a seguir.

61. Embora não estejam previstos expressamente na Constituição vigente, os princípios da indisponibilidade, da razoabilidade e da segurança jurídica devem orientar a atividade da administração pública.

62. Apesar de o princípio da moralidade exigir que os atos da administração pública sejam de ampla divulgação, veda-se a publicidade de atos que violem a vida privada do cidadão.

63. O poder hierárquico permite, em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados, a avocação por tempo indeterminado de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.

64. Por meio do poder regulamentar, cabe à administração pública criar mecanismos de complementação das leis, a fim de possibilitar a sua efetiva aplicabilidade.

65. A administração pública exerce o poder disciplinar ao aplicar sanções, por exemplo, a um motorista particular que dirige seu veículo em velocidade acima da máxima permitida.

66. Os atributos dos atos administrativos sintetizam-se na imperatividade, na revogabilidade, na tipicidade e na estabilidade.

67. A administração pública pode anular ou revogar seus atos administrativos; em caso de revogação, deve ser justificada a ilegalidade do ato e os efeitos são retroativos à sua publicação.

68. São irrevogáveis os atos administrativos que, instituídos por lei, confirmam direito adquirido.

Julgue os itens subsecutivos, a respeito da administração pública direta e indireta.

69. Por serem autônomas e descentralizadas, as entidades da administração pública indireta não estão sujeitas ao controle e à fiscalização do Estado.

70. As secretarias dos governos estaduais e das prefeituras municipais são exemplos de órgãos da administração direta; para a execução dos serviços públicos nesses órgãos, não é necessária a criação de novas personalidades jurídicas.

Noções de Direito Constitucional

De acordo com a Constituição Federal de 1988 (CF) e o entendimento do STF, julgue os itens que se seguem, a respeito dos direitos e garantias fundamentais.

71. Os direitos e as garantias fundamentais só podem ser assim considerados caso estejam expressamente previstos na CF.

72. A obtenção de certidões em repartições públicas, para esclarecimento de situação de interesse pessoal, é direito assegurado a todos e independe do pagamento de taxa.

73. São equivalentes às emendas constitucionais os tratados internacionais sobre direitos humanos aprovados na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, em dois turnos, por três quintos dos votos dos membros de cada uma dessas casas.

74. Só a lei pode obrigar a pessoa a fazer ou deixar de fazer alguma coisa.

75. A prática de racismo constitui crime inafiançável e imprescritível.

No que se refere a noções de segurança pública, julgue os itens a seguir.

76. As forças armadas são instituições nacionais permanentes e regulares, cuja organização institucional se baseia na hierarquia, na disciplina e na ética militar.

77. De acordo com a Constituição Federal de 1988, as funções de policiamento ostensivo e manutenção da ordem pública são competência da polícia militar, cabendo à guarda municipal, nos municípios em que for constituída, a proteção de seus bens, serviços e instalações.

78. As polícias civis são subordinadas aos governadores dos estados-membros, e a elas

competem as funções de polícia judiciária, a apuração de infrações penais — à exceção das militares — e a execução das atividades de defesa civil.

No que concerne à organização político-administrativa do Estado, julgue os seguintes itens, de acordo com a Constituição Federal.

79. É inconstitucional lei estadual que atribua aos policiais militares do estado a prestação voluntária de serviços de guarda de imóveis locais e de guarda de quartéis da corporação.

80. Compete privativamente à União legislar sobre orçamento público.

Noções de Direito Processual Penal

Com relação ao inquérito policial, julgue os itens que se seguem.

81. O princípio da ampla defesa e do contraditório é amplamente aplicável ao inquérito policial, uma vez que este é procedimento meramente administrativo.

82. Uma das principais características do inquérito policial é a sua indisponibilidade, não podendo a autoridade policial proceder ao seu arquivamento, ainda que o fato apurado não configure crime.

83. O delegado de polícia, mediante despacho nos autos do inquérito policial, poderá determinar a incomunicabilidade do indiciado sempre que o interesse da sociedade ou a conveniência da investigação o permitir.

84. O inquérito policial é peça imprescindível para a propositura da ação penal pública ou da ação penal privada.

85. No curso do IP, poderá ser realizado apenas o exame de corpo de delito; as demais perícias terão de ser realizadas na fase judicial.

86. Ao receber a notícia criminis, a autoridade policial tem o dever, em qualquer caso, de pronto, de instaurar o IP.

Acerca da ação penal, julgue os itens subsequentes.

87. O juiz, em qualquer fase do processo, ao reconhecer extinta a punibilidade, deverá declará-lo de ofício.

88. Situação hipotética: Antônio e Pedro são autores de um mesmo crime contra João. **Assertiva:** Nessa situação, João poderá renunciar ao exercício de seu direito de queixa em relação a Antônio e mantê-lo em relação a Pedro.

89. A legitimação ativa para a ação penal e a definição de sua natureza decorre da lei, sendo, de regra, ação pública, salvo se a lei expressamente a declara privativa do ofendido.

90. A ação penal pública condicionada à representação da vítima inicia-se mediante o recebimento da queixa pelo juiz competente.

Noções de Direito Penal Militar

À luz do disposto no Código Penal Militar (CPM), julgue os itens a seguir.

91. Consideram-se crimes militares em tempo de paz apenas os previstos no CPM, excluindo-se, em qualquer situação, a legislação penal comum, em observância ao princípio da especialidade.

92. O princípio da retroatividade autoriza a aplicação de lei penal militar que, posterior ao fato, favoreça o agente.

93. Considera-se crime militar a prática de ato obsceno por agente militar em lugar sujeito à administração militar, consumando-se o crime independentemente de o ato ter sido presenciado por terceiros.

94. No âmbito do CPM, não há previsão expressa da figura do arrependimento posterior como causa de diminuição de pena, mas apenas como circunstância atenuante.

95. Sendo o autor do crime militar um militar da ativa, a embriaguez, em regra, agrava a pena, ao passo que, sendo ele um civil, a agravante da embriaguez somente incide se esta for preordenada.

96. Aplica-se a lei penal militar, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido, no todo ou em parte, no território nacional ou fora dele, exceto no caso de o agente estar sendo processado ou ter sido julgado pela justiça estrangeira.

97. A deserção é configurada quando o militar se ausenta, sem licença, da unidade em que serve ou do lugar em que deve permanecer por mais de oito dias.

98. A pena para o crime de deserção é agravada se o agente for oficial.

99. Em relação ao tempo do crime, o Código Penal Militar adotou a teoria da atividade.

100. Nos termos das disposições gerais do CPM, é cabível para os crimes militares a cominação das penas privativas de liberdade, restritivas de direitos e de multa, conforme também prevê o Código Penal comum.

Noções de Direito Processual Penal Militar

Julgue os itens seguintes, conforme o Código de Processo Penal Militar.

101. A ação penal militar é pública e poderá ser promovida por denúncia do Ministério Público Militar ou do juiz federal militar.

102. Se houver conflito, no caso concreto, entre as normas do CPPM e as de direito internacional constantes de convenção ou tratado de que o Brasil seja signatário, será aplicado o CPPM.

103. O inquérito policial militar somente pode ser instaurado em virtude de requisição do Ministério Público Militar ou de decisão do STM.

104. Uma vez apresentada a denúncia, o Ministério Público Militar não pode desistir da ação penal.

105. O Código de Processo Penal Militar é aplicável aos militares das Forças Armadas e aos membros das polícias militares dos estados.

106. O Código de Processo Penal Militar não se aplica a civis, mesmo que envolvidos em crimes militares.

107. As disposições do Código de Processo Penal Militar são aplicáveis tanto em tempo de guerra como em tempo de paz.

108. O objeto do inquérito policial militar é a apuração sumária de fato que configure crime militar, bem como de sua autoria. Se ficar evidenciado que a infração penal cometida não configura crime militar, o encarregado do inquérito deverá comunicar o fato à autoridade policial competente.

109. A competência para a apuração de crime militar será determinada, em regra, pelo local da infração e,

no caso de tentativa de crime, pelo local de residência ou domicílio do acusado.

110. Quando estiver sujeito a prisão antes de condenação definitiva, o policial militar licenciado a bem da disciplina não perderá o direito de recolhimento a quartel ou prisão especial.

Noções de Direitos Humanos

A respeito da história dos direitos humanos e do Pacto de São José, julgue os itens a seguir.

111. Os direitos humanos de segunda geração estão relacionados às liberdades individuais, como por exemplo, direitos civis e políticos.

112. Qualquer cidadão poderá submeter um caso à corte interamericana de direitos humanos, desde que esteja relacionado à suposta violação de direitos humanos.

113. A terceira geração dos direitos humanos diz respeito aos direitos de titularidade coletiva, a exemplo da paz mundial e do meio ambiente equilibrado, consagrando o princípio da solidariedade.

114. Os membros da comissão interamericana de direitos humanos serão eleitos pelos membros da corte interamericana de direitos humanos.

115. A primeira afirmação histórica dos direitos humanos coincide com a internacionalização desses direitos, materializada por meio da DUDH, também denominada Declaração de Paris, no contexto da criação da ONU.

116. Segundo os direitos expressamente previstos no Pacto de São José da Costa Rica, a confissão de pessoa acusada de delito só é válida se feita sem coação.

117. O Estado que abolir a pena de morte não poderá restabelecê-la.

118. A CADH admite a possibilidade de asilo, em território estrangeiro, de pessoa que cometa crime comum não vinculado à atividade política.

119. A primeira afirmação histórica dos direitos humanos ocorreu concomitantemente à ascensão das ideias socialistas no século XIX.

120. Todos os direitos humanos foram afirmados em um único momento histórico.

Espaço livre

PROVA DISCURSIVA

- O texto definitivo da prova discursiva deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de **tinta preta fabricada em material transparente**, não sendo permitida a interferência ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato a quem tenha sido deferido atendimento especializado para auxílio no preenchimento/auxílio de leitura;
- A prova discursiva valerá **30,00 pontos** e consistirá da redação de texto dissertativo, de **até 30 linhas**, a respeito de temas relacionados a Atualidades;
- A fuga completa ao tema proposto é motivo suficiente para que a redação não seja corrigida em qualquer outro de seus aspectos, recebendo nota 0 (zero).

Leia, com atenção, o texto a seguir:

A cena dura menos de um minuto. Conduzindo uma motocicleta, um jovem sem camisa nem capacete escapa desesperado pelas vielas de um bairro da periferia de São Paulo. Só é possível vê-lo de costas, pela câmera acoplada no peito do policial militar que, também de moto, o persegue aos gritos: "Para o barato aí!".

Mas ele prossegue até perder o controle do veículo em uma bifurcação. Antes que possa fugir, correndo a pé, ele é contido pelas pernas de outro PM. A reação do entorno é imediata – e é possível ouvir os gritos da população, distante, pedindo para que os policiais não o matem. Então, um homem de meia idade, negro, de óculos, vestindo camiseta regata, calmo, aparece no filme com um documento de identificação nas mãos. "É o RG do meu filho", diz, apontando para o chão. As pessoas ao redor seguem gritando, mas o policial tenta acalmá-las. "Aqui ninguém vai matar ninguém!".

"Num momento como esse se vê a desconfiança que as pessoas têm com a polícia", aponta o analista criminal do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Guaracy Mingardi. Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) e com passagem por departamentos da Polícia Civil de São Paulo, ele é um dos nomes mais respeitados do Brasil no debate sobre segurança pública. "Muitas vezes a pessoa foge dos policiais não porque está praticando um crime ou porque é procurada da Justiça, mas simplesmente por questões administrativas, como um documento vencido, por exemplo", continua ele.

É o que, de fato, acontece no fim do vídeo – com 4,6 mil visualizações e 200 comentários até a metade de março em um perfil de policiais militares no TikTok: ele tentava escapar apenas porque estava sem capacete (infração considerada "gravíssima" no Código de Trânsito Brasileiro).

Vídeos como esses pululam em redes sociais como Facebook, Instagram e TikTok, ora editados a partir das imagens registradas pelas câmeras que policiais levam acopladas no corpo, ora em cenas gravadas pelos próprios aparelhos celulares dos PMs, que depois as usam para alimentar perfis policiaiscos nas plataformas. Em ambos os casos, as publicações são ilegais. [...]

Segurança pública volta ao topo das preocupações e deve pautar eleições. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br>

Considerando que o fragmento de texto apresentado tem caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo a respeito do seguinte tema: **Segurança Pública – polícia e políticas públicas.**

Rascunho

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

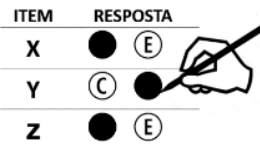
Texto Definitivo

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Folha de Resposta

EXEMPLO DE PREENCHIMENTO

As marcações das respostas descritas ao lado, relativas aos itens X, Y e Z, deverão ser feitas conforme a ilustração.



- resposta à questão X = C
- resposta à questão Y = E
- resposta à questão Z = C

Preencha os **círculos** completamente e com nitidez, utilizando caneta esferográfica de **tinta preta**.

ITEM	RESPOSTA
1	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
2	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
3	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
4	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
5	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
6	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
7	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
8	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
9	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
10	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
11	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
12	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
13	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
14	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
15	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
16	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
17	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
18	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
19	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
20	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E

ITEM	RESPOSTA
21	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
22	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
23	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
24	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
25	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
26	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
27	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
28	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
29	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
30	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
31	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
32	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
33	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
34	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
35	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
36	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
37	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
38	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
39	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
40	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E

ITEM	RESPOSTA
41	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
42	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
43	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
44	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
45	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
46	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
47	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
48	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
49	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
50	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
51	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
52	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
53	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
54	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
55	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
56	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
57	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
58	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
59	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
60	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E

ITEM	RESPOSTA
61	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
62	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
63	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
64	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
65	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
66	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
67	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
68	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
69	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
70	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
71	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
72	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
73	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
74	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
75	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
76	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
77	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
78	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
79	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
80	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E

ITEM	RESPOSTA
81	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
82	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
83	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
84	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
85	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
86	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
87	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
88	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
89	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
90	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
91	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
92	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
93	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
94	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
95	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
96	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
97	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
98	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
99	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
100	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E

ITEM	RESPOSTA
101	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
102	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
103	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
104	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
105	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
106	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
107	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
108	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
109	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
110	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
111	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
112	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
113	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
114	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
115	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
116	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
117	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
118	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
119	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
120	<input type="radio"/> C <input type="radio"/> E

Gabarito

Simulado Amostra – Polícia Militar de Alagoas

NÍVEL MÉDIO

Soldado

001	002	003	004	005	006	007	008	009	010	011	012	013	014	015	016	017	018	019	020
C	C	C	C	E	C	E	E	E	E	C	E	C	E	E	E	E	C	C	C
021	022	023	024	025	026	027	028	029	030	031	032	033	034	035	036	037	038	039	040
C	E	C	E	C	E	E	E	C	C	C	C	E	C	E	C	E	C	C	C
041	042	043	044	045	046	047	048	049	050	051	052	053	054	055	056	057	058	059	060
E	E	C	C	C	E	C	E	C	C	C	E	E	C	E	E	C	E	E	E
061	062	063	064	065	066	067	068	069	070	071	072	073	074	075	076	077	078	079	080
C	E	E	C	E	E	E	C	E	C	E	C	C	C	C	E	C	E	E	E
081	082	083	084	085	086	087	088	089	090	091	092	093	094	095	096	097	098	099	100
E	C	E	E	E	E	C	E	C	E	E	C	C	C	C	E	C	C	C	E
101	102	103	104	105	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120
E	E	E	C	C	E	C	C	E	E	E	E	C	E	E	C	C	E	E	E

Modelo de Redação

A segurança pública é uma das questões mais urgentes e complexas enfrentadas pela sociedade brasileira contemporânea. O crescimento alarmante dos índices de criminalidade em diversas regiões do país exige uma análise criteriosa e medidas concretas para garantir a proteção dos cidadãos e a preservação da ordem social. Este é, sem dúvidas, um desafio que demanda a participação ativa de diversos setores, incluindo governo, sociedade civil e forças de segurança.

Um ponto crítico na discussão sobre segurança pública é a necessidade de uma reestruturação das políticas de prevenção e combate ao crime. A atuação repressiva das forças policiais, muitas vezes permeada por métodos violentos, tem se mostrado insuficiente e, em várias ocasiões, contraproducente. Assim, é imperativo que se priorize a inteligência policial, o treinamento contínuo dos agentes de segurança e a implementação de tecnologias avançadas que possam prevenir crimes de forma mais eficaz.

A participação da comunidade na promoção da segurança pública também não pode ser subestimada. Iniciativas de policiamento comunitário, por exemplo, têm se mostrado eficazes ao fortalecer o vínculo de confiança entre a população e as forças de segurança. Isso facilita a troca de informações e a cooperação mútua, criando um ambiente mais seguro e coeso.

Além disso, é imprescindível que o Estado invista em políticas de reintegração social para aqueles que já estiveram em conflito com a lei. O sistema prisional brasileiro, superlotado e marcado por condições sub-humanas, precisa de uma reforma urgente. A criação de programas de reabilitação e reinserção no mercado de trabalho são medidas que podem diminuir a reincidência criminal e oferecer novas perspectivas de vida para esses indivíduos.

Enfim, a segurança pública, enquanto um direito fundamental, deve ser tratada de forma holística e integrada, onde a repressão ao crime esteja acompanhada de políticas sociais eficazes e do engajamento da comunidade. Somente assim será possível construir um país onde todos possam viver com tranquilidade e dignidade. A busca por soluções para esse desafio é um imperativo moral e ético que transcende governos e gerações.